Processo TC 012.391/2018-2 (com 42 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o intuito de apurar irregularidades nas gestões do sr. José Creomar de Mesquita Costa, prefeito de São Benedito do Rio Preto/MA nos exercícios de 2005 a 2008 e 2009 a 2012, e do sr. José Maurício Carneiro Fernandes, prefeito nos exercícios 2013 a 2016 e 2017 a 2020, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio nº 658670/2009 (SIAFI 655813), que tinha como objeto a “*Construção de escola(s), no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância*” (Peças 19 e 20).

Conforme destacado na instrução da unidade técnica de peça 40:

“2. O valor orçado do Convênio nº 658670/2009 foi de R\$ 1.257.818,85, sendo R\$ 1.245.240,66 a parte do concedente e R\$ 6.220,00 a parte do conveniente, tendo sido transferidos os valores abaixo relacionados, através das Ordens Bancárias constantes da Peça 3, creditados nas datas constantes dos Extratos Bancários de Peça 14:

Valor (R\$)	Data
622.620,33	4/1/2011
622.610,33	3/1/2013

3. O ajuste vigeu de 30/12/2009 a 20/8/2015, encerrando-se o prazo para apresentação da prestação de contas em 19/10/2015, conforme Termos Aditivos ao Convênio (Peças 21/22).

4. O fundamento para a instauração desta Tomada de Contas Especial, conforme apontado na Informação nº 2183/2017/Seopc/Coapc/Cgcap/Difin-FNDE (Peça 13), foi a omissão no dever legal de prestar contas, sendo o Sr. José Creomar de Mesquita Costa responsável pela assinatura do Convênio, aplicação e execução dos recursos, e o Sr. José Maurício Carneiro Fernandes pela execução e envio da prestação de contas no SIGPC, conforme Súmula TCU/230.

(...)

10. Na instrução inicial (Peça 32), analisando-se os documentos nos autos, concluiu-se pela necessidade de realização da **citação solidária** dos Srs. José Creomar de Mesquita Costa (CPF 054.568.273-87), Prefeito Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA nas gestões 2005/2008 e 2009/2012, e José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26), Prefeito do mesmo Município nas gestões 2013/2016 e 2017/2020, para que apresentassem alegações de defesa quanto à não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por conta do Convênio nº 658670/2009, destacando-se que, analisando o extrato bancário da conta específica do Programa daquele Município, constante da Peça 14, constatou-se o seguinte:

a) se 4/1/2011 a 30/12/2012 (portanto na **gestão do Sr. José Creomar**), houve movimentação financeira, pois, além do recebimento do valor de R\$ 622.620,33,

houve também o **pagamento de cheques** nos valores de R\$ 223.000,00, R\$ 75.871,76, R\$ 80.529,12, R\$57.352,00, R\$ 48.753,00 e R\$ 59.622,52;

b) de 3/1/2013 a 16/9/2014 (**gestão do Sr. José Maurício**), não houve o pagamento de cheques, e sim **transferências “on line” para a empresa Construções Feitas Veloso Ltda. – ME**, nos valores de R\$ 215.628,11, R\$ 85.000,00, R\$ 108.000,00, R\$ 25.000,00, R\$ 29.400,00 e R\$ 39.200,00, evidenciando que os recursos recebidos - R\$ 622.610,33 - também foram movimentados.

11. Concluiu-se também pela necessidade da audiência do Sr. José Maurício Carneiro Fernandes, a quem incumbia apresentar a prestação de contas dos referidos recursos, tendo em vista que o prazo expirou em sua gestão – 19/10/2015 – e ele não o fez, ressaltando-se que, apesar dele ter adotado medidas legais de resguardo ao erário, tal documentação foi considerada suficiente pela Procuradoria Federal no FNDE apenas para suspender a inadimplência do Município de São Benedito do Rio Preto – MA, como dito no item 7 desta instrução.

(...)

18. No caso vertente, a citação e a audiência dos responsáveis foram encaminhadas aos endereços constantes da base de dados do Sistema CPF da Receita Federal (Peças 29 e 30) e a entrega dos ofícios nesses endereços ficou comprovada, conforme Peças 37 e 38.

19. Apesar de regularmente notificados, os responsáveis deixaram transcorrer *in albis* o prazo regimental que lhes foi concedido para apresentar alegações de defesa e razões de justificativa e/ou efetuar o recolhimento do débito, motivo pelo qual se impõe o reconhecimento da revelia de que trata o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.” – grifara-me os trechos em destaque.

Ao final, por meio de pareceres uniformes, a Secretaria de Tomada de Contas Especial ofereceu a seguinte proposta de encaminhamento:

“a) Considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. **José Creomar de Mesquita Costa (CPF 054.568.273-87)**, Prefeito Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA nas gestões 2005/2008 e 2009/2012, e **José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26)**, Prefeito do mesmo Município nas gestões 2013/2016 e 2017/2020, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º da Lei nº 8.443/1992;

b) Julgar **irregulares**, nos termos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas dos Srs. **José Creomar de Mesquita Costa (CPF 054.568.273-87)**, Prefeito Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA nas gestões 2005/2008 e 2009/2012, e **José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26)**, Prefeito do mesmo Município nas gestões 2013/2016 e 2017/2020, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, ante a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio nº 658670/2009:

Valor (R\$)	Data
622.620,33	4/1/2011
622.610,33	3/1/2013

- c) Aplicar aos Srs. **José Creomar de Mesquita Costa (CPF 054.568.273-87)** e **José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26)** a multa prevista no art. 57, c/c o art. 267 do RI/TCU;
- d) Aplicar individualmente ao Sr. **José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26)** a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, em decorrência da não entrega, no devido prazo, da prestação de contas do Convênio nº 658670/2009, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante esta Corte o recolhimento da mesma aos cofres do Tesouro Nacional;
- e) Autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da multicitada Lei nº 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
- f) Autorizar também desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
- g) Encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido ao FNDE e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.”

II

O Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com o encaminhamento oferecido pela unidade técnica.

Brasília, 26 de fevereiro de 2019.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador